



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**

MARIA JOSÉ ALVES DIAS

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA
PÚBLICA**

**CAJAZEIRAS-PB
2013**

MARIA JOSÉ ALVES DIAS

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA PÚBLICA

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores – Campus de Cajazeiras/PB, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas

**CAJAZEIRAS-PB
2013**

MARIA JOSÉ ALVES DIAS

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA PÚBLICA

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

DATA DE APROVAÇÃO: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Membro Titular: Prof.^a Ms. Belijane Marques Feitosa

Membro Titular: Prof.^a Ms. Ednaura Almeida de Araújo

Membro Suplente: Prof.^a Dra. Risomar Alves dos Santos

Aos professores que me acompanharam durante toda jornada acadêmica;

Em especial a professora Dra. Piedade Lino Videira pelas as suas orientações para concluirmos a monografia;

Também a professora Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas pela a sua compreensão e inteligência para me orientar devidamente, neste trabalho tão importante ao fim do meu curso;

As novas amizades que fiz durante esses cinco anos de curso;

Aos meus pais e irmãs que me ajudaram de todas as formas para conclusão do curso;

Ao meu esposo que esteve comigo todo tempo;

E aqui deixo a satisfação de está concluindo este curso e a imensa alegria de ter esse diploma, como prova da minha dedicação para concluir a Graduação em Pedagogia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pelo o dom da vida e a oportunidade de conquistar mais essa vitória na vida, além dos meus filhos.

Aos meus pais, em especial a minha mãe e irmãs, por terem me ajudado cuidando dos meus filhos, João Lucas e Isabely.

A todas as pessoas que me incentivaram a ter paciência e, assim, concluir o Curso de Pedagogia.

A professora que me passou muitas informações sobre como é trabalhar com esses alunos deficientes visuais e saber lidar com os mesmos.

Somos especiais

no mundo que Deus criou.

As pessoas não são iguais...

Elas são bem diferentes

Mas todas são especiais

“sala de AEE do Dom Moisés”

RESUMO

A inclusão de deficientes visuais na escola é um processo que demanda muita atenção por parte da escola, da família e da sociedade. Esse trabalho tem como objetivo investigar os dados que demonstram como é feita a inclusão do aluno deficiente visual no ensino regular, desde a sua interação, a educação e inclusão do mesmo. Por meio dele, buscou-se observar como acontece o processo de ensino e aprendizagem do aluno deficiente visual a partir da concepção de uma professora e de um aluno presentes no dia da observação em uma escola pública do município de Cajazeiras/PB. Com relação à professora procurou-se fazer um levantamento de qual seria a relevância do processo inclusivo e como ocorria à prática dessa educadora, ao utilizar os recursos adequados, para melhor desenvolver as atividades do aluno deficiente visual em sala de aula e como ela utilizava esses recursos com o aluno. Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa qualitativa, onde os instrumentos utilizados para analisar os dados foram a observação e entrevista com a professora em uma sala de AEE, de uma escola pública estadual, conhecida pelo trabalho com o processo de inclusão do sujeito portador de necessidades especiais. De acordo com os resultados, a investigação mostrou que a educação inclusiva ainda precisa ser bem analisada em certos aspectos, como a estruturação do ambiente educacional e a adequação dos recursos necessários ao ensino do deficiente visual, nas escolas públicas. Hábito sistematizado, que implica nessa significação de ter uma experiência lúdica e diferenciada com os professores capacitados para a educação especial. Contudo, a proposta desse trabalho monográfico irá permitir a ampliação e, conseqüentemente, destacando os principais objetivos sobre a questão, certamente fará com que os professores se interessem pela realização de novos estudos acerca da demanda social do tema abordado, a inclusão.

Palavras-chaves: Inclusão. Deficiente visual. Escola Pública.

ABSTRACT

The inclusion of visually impaired school is a process that demands a lot of attention from the school, family and society. This study aims to investigate the data showing how is the inclusion of visually impaired students in regular education, since their interaction, education and inclusion of the same. Through it sought to observe how does the process of teaching and student learning visually impaired from the conception of a teacher and a student present on the day of observation in a public school in the city of Cajazeiras / PB. Regarding the teacher tried to make a survey of what would be the relevance of the process as inclusive and flocked to this practice educator to use the resources best suited to develop the activities of the visually impaired student in the classroom and how she used these resources with the student. Regarding methodology, we conducted a qualitative study where the tools used for analysis were observation and interviews with the teacher in a classroom of ESA, a public school, known by the inclusion process in the city. According to the results, the research showed that inclusive education still needs to be well analyzed in some respects, as the structuring of the educational environment and the adequacy of resources for the teaching of visually impaired pupils in public schools. Habit systematic, meaning that imply that you have a fun and different experience with teachers trained in special education. However, the purpose of this monograph will enable the expansion and consequently can highlight the main goals and they will make sure that teachers work for the new studies about this social demand to the subject matter, the inclusion.

Key Words: Inclusion. Visually impaired. Public school.

SUMÁRIO

1. PRIMEIRO CAPÍTULO: INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Metodologia.....	12
2. SEGUNDO CAPÍTULO: O ACESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA PÚBLICA.....	14
2.1. A inclusão do deficiente visual no Cotidiano Escolar Público.....	14
3. TERCEIRO CAPÍTULO: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	26
3.1 Concepções e práticas do professor da educação inclusiva.....	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35

ANEXOS

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. INTRODUÇÃO

O estudo proposto tem como tema “A inclusão de alunos com deficiência visual na escola pública”, cujo interesse surgiu a partir do momento em que procurei uma escola para matricular o meu filho, pois o mesmo é especial, sendo deficiente visual, mas não cego totalmente, apenas possui baixa visão no olho esquerdo e cego do olho direito, assim, dificultando a sua matrícula em uma escola regular de ensino público. A outra motivação foram os estágios que realizei em duas escolas públicas na cidade de Cajazeiras, onde presenciei uma defasagem no ensino-aprendizagem no dia a dia dos alunos deficientes visuais, matriculados nessas instituições públicas de ensino, que pela amostra de Cajazeiras, podemos imaginar o que ocorre em grande parte do nosso país.

A partir de então, comecei a questionar sobre como acontece o ensino para as crianças especiais, já que é a escola um meio de desenvolver o aluno na sua socialização, afastando-o do fantasma do isolamento e da falta do contato com o conhecimento científico.

Para que uma criança com deficiência visual venha a usufruir de seu direito de freqüentar uma escola, ela terá que enfrentar alguns desafios. Entre estes estão à falta de adaptações físicas para o seu deslocamento, a falta de material didático apropriado a sua necessidade especial, além de um corpo docente, muitas vezes, sem capacitação técnica para poder lhe transmitir os conhecimentos necessários. No entanto, mesmo diante desses limites percebi, a partir do convívio com meu filho, que o aluno deficiente visual tem o desejo de se inserir na sociedade, mesmo sabendo que esta o trata com indiferença, que possui marcas históricas.

Percebi durante as observações, que alguns professores não se preocupavam em realizar atividades lúdicas e um pouco diferenciada, no que se refere à forma de utilizar recursos didáticos e paradidáticos específicos para o deficiente visual presente na sala de aula.

No entanto, as escolas que visitei durante os estágios, que foram a Escola Sinhazinha Ramalho e a Escola Vitória Bezerra, não dispunham de muito material didático e/ou paradidático especial para o ensino-aprendizagem dos alunos que são deficientes visuais. Já na Escola Dom Moisés Coelho, especialmente na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), se encontra mais recursos para o portador desta necessidade visual. Observou-se que a mesma é toda preparada, tanto na sua estrutura quanto nos recursos didáticos e paradidáticos.

Na estrutura da escola, há acessibilidade desde a entrada e em qualquer espaço que o aluno deficiente visual queira conhecer, com rampas de acesso ao interior da escola, banheiros adaptados para qualquer deficiente, ou seja, a escola é mesmo preparada para a prática da inclusão. Para o melhor aprendizado do aluno deficiente visual que ali estuda, conforme Marins e Matsukura (2009, p.46) destacam: “a Escola Inclusiva materializa um espaço democrático de respeito à diversidade, se adaptando para receber sua demanda tanto no aspecto pedagógico, como sociocultural”.

Desde que surgiram as escolas especiais que as crianças deficientes visuais tiveram a oportunidade de aprender algo novo em suas vidas, como a habilidade de ler e escrever e também a de se relacionar com outras pessoas fora de seu convívio família e apesar de suas limitações. Como toda criança, elas buscam sempre o novo e isso não seria diferente ao ter o direito de ingressar em escolas públicas. Mesmo que a maioria das escolas não tenha as adaptações estruturais adequadas para esta clientela, essas crianças são capazes de aprender como as outras de sua idade, na sala de aula.

Partindo desse pensamento da inclusão e da capacidade de crianças especiais se desenvolverem no ambiente comum junto às demais, esse estudo foca a atenção especial para a criança deficiente visual e suas necessidades educacionais em uma escola pública regular. Segundo Oliveira e Rodrigues (2011, p. 19):

Os desafios para as escolas regulares assumem uma orientação inclusiva em culturas políticas e práticas não são pequenas. De modo geral, faz parte da cultura das escolas explicar as dificuldades escolares de muitos e muitos alunos como resultantes de suas limitações pessoais e do contexto social em que vivem.

Contudo, a escola além de ser um espaço de aprendizagem de diversos conteúdos, o aluno com deficiência também está exposto a uma rede de relações sociais representada pelos colegas, professores e todo o corpo da escola. Há sempre perguntas a fazer e não é fácil lidar com tantas diferenciações na sala de aula, mas lembrando que o deficiente tem oportunidades iguais aos demais e que mesmo sendo cego ou com baixa visão, ele pode ser incluído na sociedade com chances de ter sucesso.

Mesmo diante dos diversos desafios que a realidade escolar acarreta, o deficiente visual não pode ser excluído de seu direito de estudar, seja na escola pública ou não. É preciso que haja espaço para que este aluno também possa expressar suas idéias, opiniões e dúvidas como os “ditos normais”.

Mesmo tendo o direito garantido pelas diversas leis da educação inclusiva, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº. 9.394 (LDBEN/96) garantindo o “atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino”. O deficiente visual ainda passa por dificuldades para ter sua matrícula aceita em determinadas escolas.

Daí a necessidade de construir um projeto que investigasse a situação dos deficientes visuais na escola pública. Tive a “não sorte”, apesar de a lei garantir o acesso ao ensino como quaisquer outras crianças, de ter o meu filho desfavorecido em algumas instituições. As escolas argumentaram não ter material e pessoal preparado para o atendimento e acompanhamento de crianças assim.

Foi em razão da dificuldade exposta nas escolas públicas para a recepção do “diferente”, do “especial”, que me interessei em trabalhar com alunos deficientes visuais, no intuito de diminuir o preconceito e melhorar seu desenvolvimento e qualidade no processo educativo. É muito mais importante e proveitoso para alunos com deficiência visual desenvolver suas habilidades e necessidades educacionais nas escolas comuns, para tanto é preciso todo o aparato técnico adequado e recurso humano qualificado.

1.1 METODOLOGIA

O trabalho em questão se trata de uma pesquisa qualitativa, no qual será compreendida e interpretada uma realidade a ser descrita através das considerações e práticas relatadas pela professora e o aluno, em relação ao tema abordado. Como afirma Gody (1995, p.21): “Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada (...)”.

Essa investigação será constituída através do que será pesquisado na escola inclusiva, tendo como meios para obtenção de dados, a observação e a entrevista *in lócus*. A observação de deficientes visuais na sala de aula do ensino regular público é fundamental para a eficácia dos resultados nesta pesquisa, pois “mesmo quando não segue um rígido planejamento, possibilita o acesso direto à informação e ajuda, em muitos casos na delimitação do problema e delineamento de pesquisa” (MATTOS 2002, p 59).

No entanto, a mesma poderia ser um estudo de caso, mas não se caracteriza porque, a entrevista só foi realizada com uma professora e um aluno daquela instituição. Assim só vou descrever o que foi coletado dos entrevistando.

A pesquisa será desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Infantil e Fundamental Dom Moises Coelho, localizada na cidade de Cajazeiras – PB, especificamente, na sala de AEE que presta atendimento a seis alunos com deficiência, durante toda a semana. No entanto, no dia que visitei a escola só estavam presentes a professora e um aluno daquela instituição.

Nesta pesquisa farei uma breve descrição dos depoimentos dos sujeitos colaboradores deste trabalho, isto é, uma professora e um aluno entrevistados, dito isso, seguindo a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, por questões éticas fica omitido o nome dos entrevistados, garantindo o sigilo dos mesmos.

Um dos instrumentos para a coleta de dados foi à observação detalhada. Esta pode ser de um contexto ou indivíduo e de um acontecimento específico, em que o investigador deve seguir um esquema que depende do enquadramento teórico das finalidades de observação, objetivos e recursos disponíveis. Nessa perspectiva, a observação é considerada “uma pratica simples e que oferece a possibilidade de

redução de custos” (MATOS 2002, p 46). Esta pesquisa se caracteriza ainda como uma Pesquisa de Campo, em que se procede à observação de fatos e fenômenos, exatamente, como ocorrem no real e “com base numa fundamentação teórica e consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado” (FRANCO 1985, p 85). A estratégia foi a de observar e/ou examinar a estrutura da escola, o corpo docente e os alunos das séries que possuíam especiais, tanto no cotidiano da sala normal, quanto na sala da AEE do ensino fundamental do Dom Moises Coelho.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a inclusão e interação de alunos deficientes visuais na escola pública, com os professores e colegas de turma. Como afirmam Gil (1987 *apud* MATOS, 2002, p. 58) (...) a observação deve ser “orientada por um objetivo de pesquisa, planejada, registrada e ligada a proposições mais gerais, e que, além disso, deve ser submetida a controle de validade e precisão”.

Através da entrevista realizada com a professora e o aluno presentes na sala de AEE da escola, foi possível uma reflexão em torno do tema da inclusão no que se refere aos estudos sobre o processo de aprendizado do aluno com deficiência visual na escola regular.

Para atender aos objetivos de pesquisa, esta monografia está dividida em 4 partes. A primeira é composta por esta introdução e a apresentação dos procedimentos metodológicos.

Na segunda, a partir dos dados coletados, discorro com base em referências teóricas, que demonstram, na prática, como acontece a inclusão do deficiente visual na escola pública e seus preceitos e vivência nesse contexto educacional.

O terceiro capítulo trata sobre os depoimentos adquiridos com os entrevistados, analisando-os. São destacados aspectos relacionados ao ensino e aprendizagem do deficiente visual e pontos como a interação e a inclusão na escola pública. Ressalva-se, ainda, a importância do que é ter um filho deficiente visual e ao mesmo tempo um aluno deficiente visual, presentes em uma escola pública.

Na quarta e última parte deste trabalho, descrevo como presenciei todo esse processo de inclusão e ensino-aprendizagem de um aluno deficiente visual em uma escola pública regular, refletindo e apresentando algumas considerações sobre o assunto.

SEGUNDO CAPÍTULO

2. O ACESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA PÚBLICA

2.1 A inclusão do deficiente visual no Cotidiano Escolar Público

A deficiência visual é uma alteração de um dos cinco sentidos do ser humano, afetando a capacidade de interação da pessoa no meio social. Nem sempre se nasce totalmente cego, na maioria das vezes, a cegueira é causada por uma doença ou a vai se perdendo na medida em que indivíduo cresce.

Alteração da capacidade funcional da visão (o que é isto?) é a decorrência de inúmeros fatores isolados, ou seja, baixa acuidade visual significativa, redução importante no campo visual, alterações corticais e/ou sensibilidade aos contrastes que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo (BRASIL, MEC/SEESP, 2006).

Apesar da sua limitação, a criança com deficiência visual é capaz de levar uma vida normal, desempenhando tarefas como estudar, trabalhar e, posteriormente, formar sua família. Para tanto, faz-se necessário a presença da perspectiva da educação inclusiva na escola, buscando incluir todas as necessidades especiais no contexto escolar dos “ditos normais”, mesmo que a escola não tenha uma estrutura adequada para cada necessidade, será nela que as crianças irão se sentir iguais às outras.

Em meio a esse processo de inclusão no ensino regular, a família também vai precisar da colaboração de todos, tanto para uma boa aceitação do filho com deficiente visual na escola, como para colaborar no processo de ensino e aprendizagem deste, sendo uma importante referência para sua inserção no meio escolar e social.

Segundo Alves (2012, p.35):

É de fundamental importância o trabalho em conjunto entre a família e os profissionais e também haverá sempre necessidade que essa família esteja presente em todos os momentos. A presença dela ajudará e muito na progressão, pois, muitas vezes, a família é o gancho que o profissional precisa para começar e poder terminar.

A família é de fundamental importância para a criança com deficiência porque é seu ponto de apoio e referência para ajudar a vencer os diversos obstáculos ou problemas internos e externos, gerados pelas limitações de sua necessidade especial e das impostas pela sociedade. No entanto, quando a escola e a família trabalham de forma harmônica, os problemas vão sendo superados e resolvidos com mais tranquilidade. Sendo assim, para Lima (2006, p. 31):

[...] muitas vezes, apresenta-se para a constituição de uma de uma escola inclusiva diz respeito à possibilidade – que preocupa alguns pais – de que a convivência com alunos com deficiência poderia trazer dificuldades para as outras crianças sem deficiência. Pesquisadores e professores experientes afirmam que não há prejuízo nessa convivência.

Para Lima (2006), a presença de crianças com deficiência na escola propicia benefícios tanto para estas crianças como para as demais, colaborando, assim, com a diminuição da discriminação e o aumento do respeito entre todos. Segundo a mesma autora:

[...] a visão de que só as pessoas com necessidades especiais ganhariam com a inclusão é preconceituosa. Entendemos que o grande objetivo a ser conquistado é a construção de uma sociedade inclusiva, com a contribuição indispensável das escolas, que têm de preparar espaços educativos para todos (LIMA, 2006, p. 33).

Nesta perspectiva Mantoan (2006) defende que a escola comum é o melhor lugar para que aconteça a inclusão, pois é onde se trabalha todos os aspectos para o bom desenvolvimento da criança, é o espaço aberto para a convivência social:

A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral (MANTOAN, 2006, p. 27).

No entanto o que fica claro é que o processo de inclusão é muito abrangente “traz muitas implicações e, por isso, ele é desafiador e pleno de possibilidades para os educadores e os educandos” (LIMA, 2006, p. 34).

Esta é uma luta travada por vários pais, que se sentem obrigados a adaptar-se com as condições de seus filhos deficientes. Entretanto, é importante que seja dado a essa criança oportunidades para também se adaptar ao meio social, a escola e a seus pais. Para tanto, é de muita importância as orientações dos profissionais da área que favorecerão a família que têm um filho especial, para, tendo essa consciência, deixar que essa criança desfrute de seus direitos e deveres na escola pública como qualquer outra.

Sendo assim, o professor, enquanto educador, será a ponte que vai ligar o aluno à família e à sociedade, para que, assim, este obtenha melhor resultado em seu desenvolvimento escolar. O professor pode contribuir para que se mantenha o equilíbrio e um satisfatório estado emocional, tanto dos pais quanto do aluno deficiente visual. Desse modo, equilibrado e confiante o portador de necessidade especial poderá ter melhor desempenho educacional.

Barguil (2007), ao refletir sobre o trabalho do professor a partir do pensamento de Tardif, afirma que:

[...] o trabalho docente se caracteriza por ser uma tarefa interativa, devendo o professor ser capaz de estabelecer e gerenciar relações

com seus alunos, os quais são singulares, em virtude das suas histórias, interesses, motivações, sonhos! (BARGUIL, p. 67).

Mas tudo isso deve ser feito de uma forma que se valorize as coisas que essa criança deficiente visual possa fazer. Vale lembrar que é uma criança que também tem o direito de aprender e de lutar para ter a sua dignidade e respeito no lugar onde vive e estuda.

É certo dizer que a inclusão venha desde o início, para melhor adaptação do deficiente visual e é por tudo isso que a inclusão torna-se um ensino plural com muitos significados e valores, com disciplinas a serem ensinados com vários recursos e tecnologias existentes na escola. Mas tudo dependendo do esforço dos governantes. É preciso vê as necessidades que as crianças com deficiência visual têm. O professor precisa ser competente e capacitado para ensiná - la. Em outras palavras, um professor com estudos e capacidades de ensinar tanto a deficiente visuais, quanto aos outros na sala de aula. Ao afirmar que a escola é um espaço de muita importância para a legitimação da inclusão, Mantoan (2006, 36) ressalta que:

[...] porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai lhe proporcionar condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

Segundo a mesma autora, para que a inclusão aconteça se faz necessário:

[...] melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, com liberdade, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço a pagar seja bem alto, pois nunca será comparável ao valor do resgate de uma vida escolar marginalizada, de uma evasão, de uma criança estigmatizada sem motivos (MANTOAN, 2006, p. 36).

Essa educação é importante para a pessoa com deficiência, desde o início de sua formação como qualquer outra criança, porque vai lhe dá base para mostrar que

ela é capaz de mudar a sua realidade e o meio onde vive, visando à garantia de que essa criança deficiente visual, desde cedo, possa utilizar os meios que lhe cabem, seja na escola ou em qualquer outro lugar, para vencer as suas dificuldades e as impostas socialmente.

O que se busca com a educação inclusiva é evitar a divisão existente em todos os níveis da sociedade e, em especial na escola, pois segundo Mantoan (2006, p.16),

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças.

Com o grande avanço de informações e bastantes competências encontradas no meio social em que vivemos, há muitas cobranças de pessoas qualificadas para atuarem bem na sociedade. Contudo, a construção e a reconstrução de valores e direitos presentes em cada indivíduo se distingue pelo respeito e aceitação ao próximo, conforme consta na Constituição de 1988 (artigo 1º, incisos II e III). Logo, indaga-se sobre a problemática do direito ao ir e vir de todos os cidadãos brasileiros, em especial, do deficiente visual, que a cada dia lida com a falta de respeito e o preconceito? Diante dessa realidade, indaga-se se o deficiente visual, de acordo com a educação escolar recebida na escola pública, está preparado para ser inserido no mercado de trabalho tão exigente e competitivo?

Uma reflexão feita por Mantoan (2006), com relação às diversas políticas adotadas no campo da educação, observa que estas são superficiais e não surtem o verdadeiro efeito para a melhoria do ensino público no país. Segundo a autora:

Os caminhos propostos por nossas políticas em educação continuam insistindo “em apagar incêndios.” Elas não avançam como deveriam, não acompanham as inovações e não questionam a produção de identidade e da diferença nas escolas. Continuam mantendo um distanciamento das verdadeiras questões que levam à exclusão escolar (MANTOAN, 2006, p. 31).

A inclusão e as políticas voltadas para ela devem levar em consideração a diversidade que existe no país. Mas para que ela aconteça de fato é preciso ter ética e saber lidar com as diferenças existentes em todo o território nacional. A escola é inclusiva quando é capaz de ensinar a qualquer pessoa, seja ela portadora de alguma deficiência ou não, que esteja presente nas salas de aulas da escola pública. O que se almeja é que as escolas estejam preparadas e equipadas de recursos pedagógicos para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça. Como explica Prieto (2005, p. 8):

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino.

No entanto, considerar a diversidade, não significa negar a existência de características comuns entre os alunos, seja especial ou não, é saber como o mesmo está inserido nessa sala de aula que é denominada de inclusiva. A sala de aula deve se tornar um lugar onde a aprendizagem seja prazerosa e motivadora. Um lugar onde possa falar da realidade de vida daqueles que ali ensinam e aprendem e pela oportunidade de conhecer as histórias de dignidade e conquista por estar inserido em uma escola pública de qualidade, sem que as diferenças separem, mas, pelo contrário, unam a todos em torno de um país melhor de se viver e conviver, independente da sua deficiência, seja ela visual ou não.

Campbell (2009, p.52) ao tratar sobre os fatores que interferem no desempenho escolar, chama atenção dos professores ao afirmar que:

O professor precisa deixar de perceber as diferenças sociais dos alunos como inferioridades do tipo biológico ou cultural e considerá-las como diferentes caminhos de desenvolvimento, exigindo destes o

domínio tão necessário do conhecimento e não usar essas diferenças como justificativa da ineficiência do seu trabalho. O professor deve deixar também de responsabilizar a condição social, a pobreza, as famílias, o meio, o aluno e sua ausência de precondições idéias necessárias a uma aprendizagem eficaz, pelo fracasso de sua ação docente inadequada.

No que tange a qualidade do ensino, Campbell (2009, p.28) faz a seguinte reflexão:

Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, nem barreiras para que possamos resgatar vidas escolares marginalizadas, evasão ou estudantes estigmatizados sem motivos. Como cidadãos de uma sociedade democrática, temos de buscar uma educação de qualidade para todos, e essa busca não comporta nenhuma exclusão, sob qualquer pretexto.

Mas o enriquecimento propiciado a cada deficiente no contexto escolar público, não está só nos professores e sim em todos que compõem a escola que vai do porteiro a gestão. A tomada de decisões sobre como proceder para acompanhar o processo de escolarização e avaliar os alunos com necessidades educacionais especiais em atendimento na classe comum, tem se mostrado mais significativa se praticada nos horários coletivos, com a participação da equipe escolar, ou seja, do supervisor, do coordenador e dos professores, da classe comum e o de apoio pedagógico especializado, sempre que o mesmo estiver envolvido, assim mostrando a pluralidade existente na forma de ensinar ao aluno deficiente visual.

Este compromisso ético contribui para as transformações necessárias a construção de uma sociedade mais justa para estes alunos com deficiências visuais. No entanto, para está na agenda política dos governantes, o querer mudar essa realidade das escolas públicas, é preciso comprometimento com a educação:

Diante deste contexto educacional, o Governo Federal instituiu um Programa denominado “Educação Inclusiva: direito à diversidade” que, de acordo com as diretrizes governamentais priorizou o desenvolvimento de ações que pudessem garantir um amplo processo democrático, envolvendo os diferentes atores da esfera

pública e também os gestores das escolas, os quais de forma direta ou indireta, influenciam na qualidade da educação do município (MARINS E MATSUKURA, 2009 pag.46).

Contudo, a demanda que existe no Brasil de incluir alunos deficientes visuais no ensino público ainda é difícil de aceitar, pois as estruturas pedagógicas ou profissionais adequadas para ensinar a este aluno deficiente visual junto aos outros alunos são um grande desafio para a educação. Estabelecer metas e conexões entre o que se aprende na escola e na vida desses alunos com necessidades especiais é uma conquista diária no ensino regular. Sendo assim, ainda há um longo caminho a percorrer até que se chegue à educação inclusiva que os alunos especiais precisam. Conforme afirma Campbell (2009, p. 136) “priorizar a qualidade do ensino regular é um compromisso inadiável das escolas para se tornarem aptas a responder às necessidades de cada um de seus alunos de acordo com suas especificidades”. É o caso do atendimento educacional ao aluno com deficiência visual, que necessita de ter seu material adaptado às suas limitações.

As diretrizes governamentais impõem a educação inclusiva para todos, mas a condição de acesso do deficiente ainda é muito restrita no ensino público regular em nosso país. Segundo Marins e Matsukura:

Em face da garantia da permanência do alunado com necessidades educacionais especiais no ensino regular, do ponto de vista da abrangência das políticas públicas apresentam-se ainda incipientes. Neste contexto, retratou-se uma realidade de compatibilidade entre as diretrizes governamentais e as ações implementadas pela área de Educação Especial, mas ainda restrições quanto à extensão dos atendimentos (artigo pag.16).

Um dos recursos de muita importância para o aprendizado do deficiente visual existente no Brasil denomina-se de Sistema Braille. Mas esse sistema não é incluído em todas as escolas. Ele é organizado por símbolos que possibilita ao deficiente a escrita e a leitura, na matemática, na informática. Vale salientar que o mesmo não é

o único existente como instrumento pedagógico, existe também outros de igual importância.

O método Braille, como sistema de signos que permite o acesso do deficiente visual ao mundo da cultura, requer para sua aprendizagem vários materiais e instrumentos para a leitura, escrita, cálculo e outros, concebidos, cada um deles, a uma determinada idade cronológica e grau de maturidade. Podemos destacar, como materiais mais usados, os seguintes: a reglete amarela, a reglete de iniciação ao Braille, a lousa de pré-escrita, reflete com prancha, punção, máquina de escrever em Braille, a caixa de aritmética, cubarítmico, ábaco, cubano, marcador em Braille, DYMO, calculadoras, moldes de desenho positivo, e as lâminas em relevo obtidas por meio do “Thermoform”. (MARTÍN, GASPAS e GONZÁLEZ, 2003, p.273).

Outros métodos pedagógicos existentes são os professores especializados que trabalham com esses alunos e um modelo também ao qual podemos chamar de ensino Inerente que:

É considerado um auxílio especial, por proporcionar atendimento a alunos excepcionais que se encontram matriculados, de acordo com sua idade, série e grau, em escolas públicas comuns de sua comunidade. Através deste recurso, “professores itinerantes especializados visitam numerosas escolas onde prestam assistência aos professores comuns e aos alunos excepcionais” (MAZZOTTA, 1997, p. 53-54).

Nesse sentido, vemos que apesar de existir uma grande carência, observa-se que existe um sistema nas escolas para dar suporte aos alunos com deficiência, como as salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, mas estas ficam restritas as escolas na qual foram implantadas, com atendimentos aos alunos que nelas estudam.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 determina a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. A própria Lei, uma

vez que determina esta inclusão nas escolas regulares, deveria oferecer condições para os alunos tais como: escolas estruturadas, professores especializados na área, para que realmente pudesse acontecer uma educação de qualidade. Mas, infelizmente, são raríssimas as escolas que possuem condições adequadas para atender as necessidades do aluno com deficiência visual.

[...] inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI, 1998, p. 8).

O princípio da inclusão afirma que todos os alunos com deficiência devem frequentar a escola como os demais alunos que não tem nenhum tipo de necessidade especial. Prieto (2005, p. 5) coloca:

[...] temos muitos desafios a enfrentar para atingir a educação como direito de todos. Um deles é não permitir que esse direito seja traduzido meramente como cumprimento da obrigação de matricular e manter alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns.

Mas quando se trata de aluno com deficiência de audição, visão, etc., torna-se difícil introduzi-los nas escolas públicas, pois se observa que a ela não dispõe de profissionais habilitados e especializados para atender e suprir as necessidades desses alunos e a presença deles, nas escolas, torna-se difícil devido a falta de mão de obra especializada na área para dá a assistência adequada.

[...] o reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à escola para todos, um lugar que inclua todos os alunos, celebre e diferença,

apóie a aprendizagem e responda às necessidades individuais. E a escola deve caminhar em busca de um espaço educacional que atenda a todos no contato com a diversidade que os programas educacionais devem dar acesso a todos à escola regular, que deva acomodar os alunos em uma pedagogia centrada no sujeito, capaz de satisfazer às suas necessidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.10).

Diante disso que foi dito acima é notório que o autor afirma que a escola “deve caminhar em busca de um espaço educacional que atenda a todos...”, sem dúvida as escolas procurem fazer isso quando se trate de incluir alunos com deficiências no ensino regular. Muitas escolas também buscam satisfazer as necessidades dos alunos, mas, para isso, é preciso que haja profissionais especializados na área para manter a qualidade do ensino e da aprendizagem, além de uma estrutura que favoreça a permanência desses alunos nas escolas.

Nesta perspectiva Campbell (2009, p.27) afirma que:

É urgente a necessidade de possibilitar não só o acesso de todos aos diversos níveis de ensino pela ampliação de vagas, assim como é imprescindível assegurar a qualidade na educação para superar o fracasso experimentado por boa parte dos estudantes no sistema educacional brasileiro, especialmente o público.

Portanto, para toda e qualquer deficiência é importante que suas características, limitações e superações sejam respeitadas. O aluno com deficiência deve ser sempre desafiado a aprender como qualquer outra criança. Para tanto, ele também precisa de material pedagógico e humano adequados, para que ocorram superações e crescimento de suas habilidades de educando e de cidadão. Estudar em uma escola pública não é favor, mas um direito prescrito pelas diversas leis existente no país. “Aprender a ler escrever é um direito de todo cidadão, pois só assim ele pode fazer valer sua opinião, só assim ele exerce seu papel social em nosso País, e esta é uma questão de dignidade e de oportunidade” (CAMPBELL, 2009, p.35).

TERCEIRO CAPÍTULO

3. ANÁLISE DE ENTREVISTA

3.1 Concepções e práticas do Professor da educação inclusiva

O trabalho realizado em sala de aula com o aluno com deficiência é um desafio para o professor do ensino regular. O docente deve desenvolver estratégias que inclua e envolva a todos no espaço da sala de aula, sem discriminação e, ao mesmo tempo levando em consideração as diversas limitações, como a de um aluno com deficiência visual.

Para tentar compreender como ocorre a aprendizagem de um aluno com deficiência visual em uma escola pública da cidade de Cajazeiras/PB, fez-se necessário ir a uma escola, escolhida devido esta ser conhecida na região como inclusiva e por ter em suas dependências uma Sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE. Esta, por sua vez, funciona dando suporte a todos os alunos especiais da escola. Daí a importância desses alunos estarem matriculados na escola comum. Segundo Mantoan (2006): “A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica”.

Sendo assim, após a matrícula do deficiente, no caso visual, a escola procura conhecer o aluno através do que denominam de estudo de caso. Em seguida juntamente com a família, a escola define quais recursos serão utilizados para ensinar, levando em consideração as necessidades do aluno. Para Prieto (2005, p.7) a matrícula: “(...) nesse modelo está condicionada ao tipo de limitação que o aluno apresenta, ficando mais distante desse espaço escolar quem menos se ajusta às suas normas disciplinares ou de sua organização administrativa e pedagógica”.

Sob o ponto de vista mencionado com o cotidiano da professora entrevistada, em relação a matrícula do deficiente, foi feita a seguinte pergunta: *como é feito o processo de inclusão do aluno deficiente visual na escola pública?* Segundo ela:

No caso específico do aluno deficiente visual, também é feita um estudo de caso e os recursos que iremos trabalhar será em primeiro o Braille na produção e transcrição do material a ser utilizado na sala de ensino regular.

Conforme Pietro (2005, p.5) a escolha adequada das ferramentas para o processo de aprendizagem é muito importante, pois “Uma das tarefas para que se possa atingir esse fim é identificar constantemente as intervenções e as ações desencadeadas e/ou aprimoradas para que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos os alunos”.

Segundo Campbell (2009, p. 111):

Sob o enfoque educacional, cegueira representa a perda total ou resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação, enquanto visão reduzida trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos, desde que empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

Complementando a reflexão de Campbell (2009), Domingues (2010, p. 15) afirma que é importante levar em consideração outros elementos como a organização, o conforto e o tipo de atividade a ser desenvolvida: “a organização do ambiente deve propiciar conforto para o uso dos equipamentos e levar em conta o tipo de atividade desenvolvida”.

Além desses elementos, também faz parte do processo de aprendizagem o contexto educacional que a criança com deficiência visual está inserida para não ser excluída das atividades por causa de suas limitações. Historicamente, o deficiente visual, devido às dificuldades de leitura e escrita, ficava restrito a sua casa e as relações limitavam-se a família ou amigos próximos a ela, sem o direito de interagir e conhecer outras pessoas tanto os ditos “normais” ou com a mesma deficiência.

Ao se perguntar a **Professora Salete**: *o aluno com deficiência visual estudando em uma escola pública, e não aprendendo, é necessário este ter um acompanhamento especial?* A resposta foi:

Não vejo necessidade, sua deficiência é visual e não intelectual. O nosso aluno é um dos melhores da turma.

Ela refere-se aqui a um aluno da escola e que é acompanhado pela sala de AEE.

No entanto, tais dificuldades apresentadas pelo deficiente visual no ensino regular nos mostra o quanto é importante ter objetivos para tais demandas e necessidades desse aluno especial. Assim a *Professora Salete* relatou:

Busco diminuir as barreiras e incentivar a sua participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, a partir da resposta da entrevistada e pelo que foi observado, percebeu-se que os objetivos traçados pela educadora na sala de AEE estão sendo atendidos. Demonstra-se isso pelo aluno deficiente visual, a partir da aprendizagem ocorrida com este, com o auxílio dos profissionais da educação que estão presentes nessa instituição pública.

Faz-se necessário também que as crianças deficientes visuais possuam a disposição materiais didáticos adequados, para que possam, assim, enriquecer o seu aprendizado tanto na escrita, quanto na fala, escutando o que há de moderno nos recursos existentes em uma sala de AEE, como por exemplo, a impressora Romeo, que traduz o que esta sendo impresso; o programa de voz para o computador do deficiente visual, entre outros.

Com relação aos materiais didáticos e paradidáticos existentes na sala de AEE da escola foi informado que uma parte foi adquirida pelos órgãos governamentais desde o surgimento da sala e outra parte foi doação, dentro desse contexto a **Professora Salete** confirmou: *Sim temos impressora Braille, programas de voz, ou seja, materiais adaptados etc.*

Com a utilização dos recursos, o processo aumenta a probabilidade da aprendizagem e da preparação dessa criança para o futuro mercado de trabalho, pois além de utilizar os demais sentidos para perceber o mundo, o deficiente visual, com o “uso do computador que fala e lê para o deficiente visual tudo que aparece escrito na tela evidencia que, algum dia, talvez seja possível uma pessoa cega fazer coisas que não conseguimos imaginar atualmente” (CAMPEBELL, 2009, P. 112).

Na mesma importância desses recursos impostos, está o incentivo tanto da professora, quanto dos pais em saber se realmente há auxílio de todos os aparatos de visão da sala de AEE, para o aprendizado desse aluno em sala de aula comum. Como destaca Domingues: “O professor de AEE, por sua vez, deve contribuir para que o aluno compreenda a relevância do uso dos auxílios ópticos e solicitar a colaboração da família e do professor do ensino comum para a realização desse objetivo” (2010, p. 12).

Durante a entrevista com a **Professora Salete**, foi perguntado: *quais metodologias são utilizadas para diferenciar as aulas? Quais recursos são utilizados na sala regular?* A mesma respondeu que:

O material é adaptado na sala de AEE, mas é utilizado em sala regular (ampliados, com textura, em Braille etc.).

Durante a observação na escola e na sala de AEE foram coletadas algumas respostas de um aluno com deficiência visual que estava sendo atendido pela Professora Salete. Ele demonstrava estar tranquilo no ambiente. O mesmo falou da sua experiência na instituição de ensino:

O meu pai procurou a escola por ter o atendimento de AEE; Tem a estrutura desde a física aos recursos didáticos da mesma; Os professores são capacitados; Respeito entre os outros alunos da instituição, tanto na sala de AEE, quanto na sala regular; Recreação com diálogo entre colegas; Ótimo relacionamento com os professores; E minha inclusão nessa escola é bastante respeitada.

A partir das palavras do **Aluno José**, perguntou-se a **Professora Salete**: *Vocês percebe interação entre os alunos deficientes com ditos normais, conforme a proposta da inclusão na escola ou sala de aula?* Ela respondeu: *Nossos alunos interagem bem com as diferenças.*

A partir da fala da professora, observa-se que ela procura ir ao encontro da afirmação de Mantoan (2006, p. 27) sobre a escola inclusiva e da importância da interação social do aluno com deficiência: “A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica”.

Para a autora a aprendizagem não deve ser considerada como resultado que depende única e exclusivamente do aluno, mas deve estar sendo construída no dia-a-dia da sala de aula, da convivência com seus colegas, professores, gestão e família. A percepção do professor nesse processo de aprendizagem também é de suma importância, porque ao identificar que o aluno começa a encontrar obstáculos na realização das atividades ou que delas não participa, faz-se necessário uma rápida intervenção desse profissional e da equipe escolar para desenvolver estratégias no intuito de contornar as dificuldades, dando continuidade ao processo de aprendizagem. É importante também está atento ao tempo do aluno para desenvolver as atividades, devido ele requerer materiais específicos que levem em consideração sua deficiência. “O professor de AEE, por sua vez, deve contribuir para que o aluno compreenda a relevância do uso dos auxílios ópticos e solicitar a colaboração da família e do professor do ensino comum para a realização desse objetivo” (DOMINGUES, 2010, p. 12).

Ao indagar a **Professora Salete** sobre o acompanhamento do aluno com deficiência na sala de aula comum, a mesma respondeu: *quando necessário, sim.* Demonstrando a importância da interação entre os professores da sala comum e da sala de AEE. Essa interação entre os profissionais da educação é de suma importância porque constrói uma metodologia conjunta que visa o crescimento do aluno, além da troca de conhecimentos entre os profissionais da educação, com seus estudos e experiências, quanto às do aluno que traz consigo o saber do dia a dia.

Ao questionar a professora da sala de AEE se ela se sente capacitada para ensinar ao aluno deficiente visual, esta respondeu: *tenho cursos de formação em Braille e baixa visão, mas aprendendo muito no dia a dia com o próprio aluno*. Observa-se que a docente demonstra estar aberta às experiências trazidas pelos alunos, facilitando assim sua interação com eles e a troca de conhecimentos teóricos e práticos. Pois, segundo Mantoan (2006, p. 16), a escola tende a sistematizar o ensino, dividindo-o em partes que não contribuem para aprendizagem integral do educando: “os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes”.

Conforme Campbell (2009, p. 158):

A educação inclusiva veio tornar mais complexa e mais desafiadora a tarefa dos educadores e evidenciou que sua formação nunca está acabada. Eles precisarão estudar o que antes estavam dispensados de estudar, aprender técnicas nas quais antes não pensavam, adequar seu ritmo ao de seus alunos, aprender a “ouvir” por outros meios diferentes da audição, terão de rever suas expectativas, as formas de ensinar, avaliar, aprovar, reprovar.

Sendo assim, é importante o momento de realização de atividades com os alunos deficientes visuais ou não. A aprendizagem é contínua, pois cada aluno é um sujeito que traz consigo uma história de vida, de superação, de sonhos e esperanças com relação a si e a sua família. Daí a importância do professor estar sempre atualizando seus conhecimentos e a sua prática. Os seus conhecimentos teóricos e práticos serão sempre uma ferramenta importante na hora de ensinar, devido ao seu poder de intervir diretamente na vida de seus educandos.

Mas, a responsabilidade não recai apenas no professor sobre o processo de ensino e aprendizagem, Campbell (2009, 41) lembra que essa responsabilidade também deve ser compartilhada com o aluno, ao afirmar que:

Se o aluno não aprende, não basta repetir a explicação; é necessário uma mudança de estratégia, explicar de um modo diferente. O aluno

tem o dever de fazer a sua parte, que é estudar, para que o processo ensino-aprendizagem ocorra sem problemas.

Ao indagar a professora sobre a opinião na aprendizagem desse aluno deficiente visual na escola pública e como ela percebe a inclusão de alunos deficientes visuais nesse contexto escolar. Demonstrando muita responsabilidade e segurança, a professora respondeu: *no caso específico do nosso alunado com deficiência visual o aprendizado é excelente*. E acrescentou que *muitas barreiras já foram quebradas, mas há muito ainda a fazer*.

As afirmações da professora demonstram que a educação inclusiva ainda tem um caminho muito grande a percorrer. Muitas conquistas já foram feitas no âmbito da lei, mas ainda faltam se efetivar tanto no aspecto jurídico, como na escola, na sociedade e na família.

Conforme Prieto (2006, p. 6) quando aborda sobre a efetivação da educação inclusiva:

Sua efetivação podia se dar pela oferta de um *continuum* de serviços que pudesse garantir ao aluno com deficiência o direito de estar em espaços sociais (dentre eles a escola) que aumentassem sua proximidade física com os demais alunos e pessoas (dimensão física), podendo usufruir os mesmos recursos educacionais disponíveis no sistema de ensino, incluindo a classe comum (dimensão funcional), com a intenção de potencializar suas possibilidades de interagir socialmente (dimensão social).

Assim, quando em um ambiente educacional existe mais disposição dos alunos e professores para que o processo de inclusão aconteça, os resultados cada vez mais são positivos, demonstrando que a educação pode mudar consideravelmente a realidade do deficiente visual na sociedade em que está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer este trabalho eu observei que o ensino inclusivo ainda tem muito a melhorar devido à falta de recurso e capacitação profissional dos educadores, visto ser, ainda, muito pouca. No entanto, ao se fazer a observação e entrevista com uma professora de escola pública da cidade de Cajazeiras/PB, verificou-se o esforço de alguns professores para fazer a diferença no seu dia a dia, na sala de aula.

No que se refere à inclusão do aluno deficiente visual na escola pública, percebeu-se que a realidade não condiz com o que está previsto nas diretrizes da educação inclusiva do país. A falta de recursos materiais e pedagógico leva muitos pais a procurarem matricular seus filhos em escolas particulares. Além do mais, muitas vezes, estas escolas também não estão preparadas para desenvolver uma educação de qualidade para os alunos especiais. Cansados de ir e vir em busca de um lugar apropriado para a educação dos filhos, muitos desistem limitando essas crianças ao convívio do lar e essas crianças perdem a oportunidade de interagirem com outras de sua idade, além de perder a garantia de uma educação cidadã que possa lhe preparar para o mercado de trabalho em sua vida futura.

Com base nas observações realizadas na escola pública que possui a sala de AEE, percebeu-se que por causa do esforço, compromisso e dedicação das professoras lá presentes, há um desenvolvimento educativo das crianças que freqüentam essa sala, devido ao acompanhamento e orientação realizados por essas educadoras. Mesmo com a amostra sendo pouco representativa.

Através da observação, percebeu-se como são desenvolvidas e aplicadas as atividades com o aluno deficiente visual e como são transcritas suas atividades para o Braille, no intuito da criança não perder o andamento dos conteúdos que são aplicados na sala de aula regular. Mas, ainda se faz necessário uma maior interação entre os professores da sala comum com a sala de AEE, para que a aprendizagem possa ocorrer de forma mais contínua.

Com relação às concepções que a professora demonstrou em relação a sua prática na educação inclusiva no AEE, a observação revelou, ainda, que a mesma via a importância de ter recursos especialmente adequados para o desenvolvimento sistematizado do alunado deficiente visual, em qualquer que seja a escola que o

mesmo esteja estudando. Contudo, sabemos que não há em todas as escolas este aparato e ela é uma importante mediadora para que a criança possa aprender sobre a educação inclusiva e seus direitos, mas ainda é um caminho que precisa ser percorrido.

Também é importante destacar partindo-se da relevância de que todos somos iguais ou ainda que a igualdade seja um ideal a ser alcançado e bem trabalhado na escola pública, que a educação inclusiva silencia as diferenças que poderiam provocar várias transformações e saberes produzidos no contexto escolar.

Em síntese, acredita-se que para termos soluções dos problemas encontrados na inclusão da escola de ensino público, bastaria somente um interesse significativo de quem governa para fazer valer as leis referentes à inclusão para que esta aconteça realmente nas escolas públicas.

Por fim, espera-se que este breve levantamento possa enriquecer e trazer muitas contribuições para o ensino-aprendizagem no âmbito da educação inclusiva, sendo mais significativa junto aos professores e futuros pedagogos que se interessarem pelo tema, ampliando assim o campo de pesquisa nesta área.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima: **Inclusão**: Muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. 5. Ed- Rio de Janeiro: wak Editora, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRAILLE, Louis. **Cartas de Louis Braille**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2005.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativasespeciais**. Brasília: UNESCO, 1994.

Congresso Nacional. Lei Federal *n.º* 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.

CAMPBELL, Selma Inês: **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: wak Ed, 2009

DOMINGUES, Celma dos Anjos [et.al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ARANTES, Valéria Amorim (org.). Especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil In **Inclusão escolar**. Pontos e contrapontos Educacionais. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa**: tipos fundamentais. In Revista de Administração de Empresas: São Paulo, v. 35, n. 3 p. 20-29/ mai/jun. 1995

LIMA, Priscilla Augusta; VIEIRA Therezinha. **Educação Inclusiva e Igualdade Social** São Paulo: Avercamp, 2006.

MATTOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. 2ª ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por que? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos da Educação Especial**. 1ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira. 1997. Editora, disponível em:http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/525_826.pdf

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. **Avaliação de Políticas Públicas**: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de são paulo/ Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.15, n.1, p.45-64, jan.-abr. 2009.

Oliveira, Marinalva Silva; Rodrigues, Lidiane Furtado Ferreira. **A Inclusão no Ensino Superior**: uma experiência em debate! In Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá, n. 4, p. 17-28, dez. 2011.

OLINDA, Ercília Maria Braga de; FERNANDES, Dorgival Gonçalves. **Práticas e aprendizagem docentes/** [Organizadores]. Fortaleza: Edições UFC, 2007

PEDRO, Magali de Lourdes. Deficiência Visual. **Aspectos Psicoevolutivos e Educativos**. In: MARTÍN, Vicente Gómez; GASPAR, Josefa Martín e GONZÁLEZ, José Pablo Sánchez. O Acesso ao Currículo: Adaptações Curriculares. São Paulo: Livraria Santos, Ltda, 2003. p. 263-292

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil/ In ARANTES, Valéria Amorim (org.). Inclusão escolar. Pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2005. p. 31-73.

Referencial Curricular Nacional para educação especial / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SE,1998. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo Competências para o atendimento às necessidades Educacionais Especiais de Alunos Cegos e de Alunos com Baixa Visão, 2ª Ed, SEESP/MEC, Brasília, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão**: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

ANEXOS



ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1) Investigar como é feito o processo de inclusão do deficiente visual na escola pública:

2) Investigar se a escola está preparada para receber esse aluno deficiente

visual: () estrutura física () preparação humana () recursos didáticos () outros:

3) Observar se os professores tem capacidade(qualificado) para ensinar a este aluno deficiente visual:

4) Investigar se a sala de aula em que o aluno deficiente visual vai estudar está adaptada para ter a educação adequada:

5) Investigar se os alunos dessa escola respeitam esse aluno deficiente visual:

6) Investigar se a recreação da escola é adequada para o aluno deficiente visual:

7) Investigar com é a interação desse aluno deficiente visual com os outros alunos:

8) Investigar se os materiais didáticos e paradidáticos são adequados para a educação do aluno deficiente visual:

9) Investigar como a aprendizagem do aluno deficiente visual está sendo ensinada, se é igual ou diferente de toda a turma:

10) Investigar se o aluno deficiente visual se sente inserido/incluído nessa escola:



ROTEIRO DA INTREVISTA

Instituição: _____

Professora: _____

Anos que Leciona: _____

- 1) Para você, como é feita o processo de inclusão do aluno deficiente visual na escola Pública?
- 2) Quais são os seus objetivos ao trabalhar com esse aluno deficiente visual?
- 3) Você como professora se sente capacitado para ensinar ao aluno deficiente visual?
- 4) A sua sala de aula tem recursos didáticos apropriados para a educação do aluno deficiente visual?
- 5) Você vê interação entre os alunos, mesmo tendo essa inclusão na escola ou sala de aula?
- 6) Quais metodologias você utiliza para diferenciar suas aulas?
- 7) Você acompanha esse aluno deficiente visual nas suas atividades?
- 8) Qual a sua opinião na aprendizagem desse aluno deficiente visual na escola pública?
- 9) Se o aluno deficiente visual está matriculado na Escola de ensino público e não aprende, é necessário este ter um acompanhamento especial?
- 10) Você enquanto educadora, como vê a inclusão de alunos deficientes visuais na escola pública?